

CRENÇA NO MUNDO JUSTO: COMPREENSÃO E REPERCUSSÕES

Karina Albuquerque Denicol*

Resumo: A presente investigação objetivou focar-se na Teoria da Crença do Mundo Justo, examinando-se seus fundamentos, conceitualização, como mecanismo de defesa psicológico e as consequências dessa busca de controle da realidade, notadamente na vitimização secundária. Nesse ponto, apontaram-se as repercussões negativas desse procedimento, cindindo-se o mundo em justo e injusto, reafirmando tragédias e desigualdades sociais. A par da coleta de dados teóricos, perquiriram-se resultados com a pesquisa, mostrando que o tema tem diversas incidências práticas, podendo ser aplicado, com utilização de escalas, para aferição de bem-estar e satisfação com a vida. Igualmente, serve como instrumento para examinar como a Crença afeta relações no ambiente de trabalho, entre jovens vítimas de *bullying*, situações de crianças abusadas sexualmente, adolescentes com comportamentos desviantes, distinções de gênero e crimes sexuais, homofobia e discriminações em geral. Os resultados trazidos podem auxiliar na compreensão acerca do funcionamento de estratégias mentais de proteção ao medo e insegurança, percebendo-se sua incidência por meio de condutas e distorções do real.

Palavras-chave: Crença no mundo justo. Defesa psicológica. Estratégias mentais. Bem-estar. Vitimização secundária.

Sumário: 1. Introdução. 2. Desenvolvimento. 3. Considerações finais. Referências.

THE BELIEF IN A JUST WORLD: UNDERSTANDING AND REPERCUSSIONS

Abstract: This investigation aimed to focus on the Theory of The Belief In a Just World, examining its foundations, conceptualization, as a psychological defense mechanism and the consequences of this search for control of reality, notably in secondary victimization. At this point, the negative repercussions of this procedure were pointed out, dividing the world into just and unjust, reaffirming

* Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS. Especialista em Psicologia Jurídica. Especialista em Direito Penal. Especialista em Retórica e Argumentação. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito de Lisboa. Promotora de Justiça no MPRS. *E-mail:* karinade nicol2@gmail.com

tragedies and social inequalities. Along with the collection of theoretical data, research results were investigated, showing that the theme has several practical implications and can be applied, using scales, to measure well-being and satisfaction with life. Likewise, it serves as an instrument to examine how Belief affects relationships in the workplace, among young victims of bullying, situations of sexually abused children, adolescents with deviant behaviors, gender distinctions and sexual crimes, homophobia and discrimination in general. The results shown here can help understand the functioning of mental strategies to protect against fear and insecurity, perceiving its incidence through behaviors and distortions of the real.

Keywords: Belief in a just world. Psychological defense. Mental strategies. Well-being. Secondary victimization.

Summary: 1. Introduction. 2. Development. 3. Final considerations. References.

1 Introdução

É consabido que se vive em um mundo contingente. Não existem certezas sobre o futuro, sobre perdas, sobre ganhos, sobre acontecimentos. Tal situação gera insegurança nos seres humanos. Essa insegurança é agravada por fatos que ocorrem diariamente, como acidentes automobilísticos com mortes fatais ou graves sequelas, câncer em pessoas jovens e saudáveis, mortes fulminantes inesperadas. Essas ocorrências desencadeiam a lembrança de que os humanos são vulneráveis e que os fatos são incertos e imprevisíveis. Isso porque, desde cedo, notamos estar frente a um mundo caótico e que nos torna impotentes aos acontecimentos, o que gera abalo físico e emocional.¹

Diante disso, surge um mecanismo de defesa em relação a esse medo primordial que é irrompido psicologicamente, que se trata de uma crença de que as vítimas, de certa forma, mereciam esse papel, reforçando, assim, o pensamento de que, para aqueles que agem em conformidade com as normas e ética em vigor, os malefícios oriundos do mundo não vão ocorrer.²

Esse pensamento denomina-se Crença em um Mundo Justo, o qual consiste, essencialmente, em uma forma de abrandar nosso medo em relação à imprevisibilidade de acontecimentos trágicos ou adversos, por meio de crenças de que somente se é vulnerável a eventos ruins se agirmos de forma a merecer isso.³ Isso torna o mundo mais previsível e controlável.⁴ É uma visão maniqueísta e cindida de que os bons merecem coisas boas e os maus, coisas ruins. Esse procedimento mental acarreta mais segurança na nossa vida e cotidiano, afastando a

¹ LERNER, Melvin J. *The Belief in a Just World*. New York: Springer, 1980. p. 28.

² CORREIA, Isabel Falcão. *A teoria da crença no mundo justo e a vitimização secundária: Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos*. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492000000200009> Acesso em: 27 jan. 2021.

³ LERNER, 1980, p. 30.

⁴ Idem, p. 28.

angústia de que somos frágeis e sujeitos a adversidades casuais e contingentes, fora de nosso controle.⁵ É um modelo em que as pessoas dão sentido ao seu “ambiente” e organizem sua vida, quando elas percebem que não vivem em um jardim de rosas.⁶ Apesar de a ideia de justiça variar muito entre as pessoas, há um componente estável nessa forma de compreender o mundo,⁷ pois as pessoas organizam suas crenças de acordo com suas noções e percepções. Novas informações são assimiladas e interpretadas para se conformarem àquele conjunto de crenças da pessoa, mantendo o sistema coerente.⁸ Como exemplo, poderíamos citar que uma pessoa P vai merecer X, se ela tiver precondições para obter X. Se essa pessoa não recebe X, e recebe Y, então, se entende que ela reuniu precondições para chegar a Y, e não a X, presumindo-se que agiu de forma a merecer isso.⁹ Imagina-se que o sofrimento resulte de violação de regras, humanas ou naturais.¹⁰

A pesquisa acerca dessa Crença em um Mundo Justo foca-se nessa ilusão utilizada pelas pessoas, visando a diminuir sua tensão em relação à realidade, em certa “sensação de controle e justiça”¹¹ que acaba acarretando mais malefícios que vantagens mentais, já que se sustenta na perspectiva de que cada um tem o que merece, desqualificando, dessa forma, as vítimas, que parecem merecer o que lhes acontece.¹²

A importância do estudo desse tema incide no fato de que, quando maior a crença em um mundo justo, maior a necessidade de culpabilizar vítimas inocentes por acontecimentos fortuitos que se lhe tenham operado,¹³ causando o que se denomina de vitimização secundária.

Ademais, para além dessa atribuição de culpa a pessoas inocentes que já foram vitimadas uma primeira vez pelo evento traumático, essa “ficção fundamental”,¹⁴ que corrobora um mundo cindido, acarreta a criação mental de um “mundo justo” e, em contrapartida, um “mundo injusto”, no qual se inserem as

⁵ TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 88.

⁶ LERNER, 1980, p. 6-7.

⁷ LERNER, 1980, p. 28.

⁸ Idem, p. 31.

⁹ Idem, p. 30.

¹⁰ Idem, p. 32.

¹¹ MODESTO, João Gabriel; FIGUEIREDO, Vanessa; GAMA, Guilherme; RODRIGUES, Matheus; PILATI, Ronaldo. *Escala Pessoal de Crenças no Mundo Justo: Adaptação e Evidências de Validade*. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8271201700100013&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 26 jan. 2021.

¹² LERNER, 1980, p. 31.

¹³ MODESTO, João Gabriel; PILATI, Ronaldo. “*Nem todas as vítimas importam*”: crenças no mundo justo, relações intergrupais e responsabilização de vítimas. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000200018>. Acesso em: 27 jan. 2021.

¹⁴ TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 97.

pessoas injustas. Há de se perceber ser essa crença alienante da realidade, pois, com intuito de dar sossego à percepção da evidência de ser o mundo algo inconciliável, ameniza-se esse sentimento com uma ilusão desprovida de tangibilidade.

Igualmente, importa investigar se essa crença possa levar a uma condição de conformismo com as misérias e tragédias ocorridas, além de passividade social frente a essas situações, já que a pessoa que sofre males mereceria sofrê-los por suas condutas, ações e características pessoais, consoante esse pensar.¹⁵

Além do mais, essa a crença evoca diversas questões: acerca dos motivos mais profundos a sua manutenção; seu vínculo com escapes psicológicos relacionados ao medo; relação mais acurada com a vitimização primária e secundária; se existem origens derivadas de uma posição relacionada à moral cristã e capitalista de pesos e recompensas, em especial com a ideia de ganho adiado proveniente da cultura.

Nesse ponto, a tradição judaico-cristã reforça tal crença, aduzindo que os bons irão triunfar e os maus serão punidos. Essas questões são muito vistas no Velho Testamento. Assim também se mostra a base de sabedorias, que aparecem em contos infantis, como a cigarra e a formiga. A formiga, trabalhadora e correta, não irá sofrer no inverno, ao contrário da cigarra. Diante disso, forma-se a ideia de que, se alguém está sofrendo, passando fome e padecendo de outros males, é porque agiu mais como uma cigarra que como uma formiga. Logo, conduziu-se contra aquilo que deveria fazer, contra seus deveres. O mesmo aparece em filmes e animações: os heróis ou heroínas são virtuosos, bonitos, enquanto o vilão é mau, preguiçoso e, geralmente, feio. No fim, o bem triunfa sobre o mal e o vilão é punido pelas vilanias que praticou. Desse modo, a justiça é feita.¹⁶

Na hipótese ficcional, realizou-se pesquisa, na qual em um filme o sujeito bom, falsamente acusado de assassinato, era salvo pelo xerife e, em outro, morria. Os espectadores da primeira opção sentiram-se bem, ao contrário daqueles que presenciaram a segunda. Isso mostra uma mistura entre ficção e realidade e um investimento emocional na experiência vivenciada, por uma resposta empática com o que se considera justo.¹⁷

Outra razão para as características acima se agruparem é o fato de agruparmos eventos com o mesmo objeto, ou seja, elementos positivos e negativos. Assim, em um mesmo grupo cognitivo estariam as virtudes, a beleza, sucesso, bondade e, no outro, a miséria, a pobreza, a doença, feiura e o sofrimento. Portanto, se alguém é infeliz, é porque deva ter realizado algo ruim.¹⁸

¹⁵ TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 97.

¹⁶ LERNER, 1980, p. 33-34.

¹⁷ Idem, p. 35.

¹⁸ LERNER, 1980, p. 33.

A Crença em um Mundo Justo está vinculada aos motivos e metas de vida das pessoas. Elas precisam acreditar nesse mundo justo, então podem organizar suas rotinas com esperança e convicção no futuro. Se os indivíduos, dentro dessa crença, merecem o que recebem, eles encontram formas de interpretar eventos a fim de se encaixarem nessa crença.¹⁹

Por que usamos essas defesas psicológicas? O sofrimento dos outros nos atinge, somos abalados pelo sofrimento alheio. Para diminuir esse sentimento, usamos táticas psicológicas. A mais primitiva é a negação ou afastamento da situação que gera sofrimento por empatia, não se vê o sofrimento alheio para não haver compaixão com ele e passa-se a ocupar a mente com outras situações, para os acontecimentos saírem de sua atenção.²⁰

Outro mecanismo usado é de reinterpretação do evento. A primeira delas é a reinterpretação do resultado do evento que gerou sofrimento, ou seja, a vítima será recompensada posteriormente por sua privação. Essa, também, é uma forma visível nas religiões, em que algumas percebem virtude no sofrimento e restituição na vida após a morte.²¹ Igualmente, é muito útil ao sistema capitalista.

Como reinterpretação do evento, inclusive, se verifica a reinterpretação da causa, quando se avalia a participação da vítima no acontecimento, atribuindo-lhe a responsabilidade por este, como culpada.²²

Por fim, há a reinterpretação do caráter da vítima, que significa avaliar a vítima segundo seus atos ou características pessoais para lhe atribuir o acontecimento ruim, como uma pessoa considerada inferior. Exemplificando, em algumas subculturas, os judeus, ciganos, negros e outros são considerados seres humanos inferiores e criminosos perigosos. As pessoas, ainda, podem entrar nesse julgamento por violarem normas éticas ou de moral social.²³

Adiante, subsistem situações em que essa crença é mais consciente ou, de outra parte, mais inconsciente, o que poderia ser caracterizado com Crença no Mundo Justo explícita e implícita. Para a análise e configuração desses dois tipos, são utilizados testes, que se relacionam, ademais, com maiores preconceitos e estereotipia, com a consequente vitimização de pessoas de exogrupo, em proteção ao endogrupo, nas relações intergrupais.²⁴

¹⁹ Idem, p. 34.

²⁰ Idem, p. 42.

²¹ Idem, *ibidem*.

²² Idem, p. 43.

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ MODESTO, João Gabriel; PILATI, Ronaldo. “*Nem todas as vítimas importam*”: crenças no mundo justo, relações intergrupais e responsabilização de vítimas. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000200018>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Em verdade, a Crença em um Mundo Justo é uma invenção. Adultos precisam acreditar que os eventos importantes que acontecem na vida seguem regras, pois, quando algo importante sucede, isso seria adequado, como tudo deve ser. O mundo justo seria, nesses termos, um mito, uma forma de construir eventos em predefinidos cenários que satisfaçam emocionalmente o indivíduo.²⁵

Tal pensamento ainda evoca as questões de sua relação com visão dualista do mundo e como sistema de justificação, bem como a sua inserção nas diversas teorias de justiça existentes. O estudo dessa crença leva, outrossim, ao entendimento acerca de diversos fenômenos sociais,²⁶ de grande relevância.

2 Desenvolvimento

Realizaram-se diversas pesquisas referentes ao assunto em questão, tratando-se da Crença no Mundo Justo. A partir dessa revisão, selecionaram-se, sobre o tema, dois livros, publicados em 1980 e 2011, em língua inglesa, que trazida a criação da teoria investigada, pelo seu idealizador, Melvin J. Lerner. Após, foram selecionados 13 artigos bibliográficos, publicados de 2000 a 2019; 1 tese de doutorado, publicada em 2012 e 5 dissertações de mestrado, publicadas entre 2007 a 2019. Os textos perscrutam a crença, acima citada, em seu fundamento ou base mental ou psicológica, como defesas psíquicas, também, em dimensões aplicadas, como a vitimologia, primária e secundária, preconceitos, discriminação, sofrimento, justiça, satisfação com a vida, escalas e intensidade da crença, trabalhadores, mulheres, homossexuais, vítimas de crimes, doenças e pensamentos arraigados.

Nessa senda, foram coletados dados e sopesados 21 textos, dois decorrentes de livros, 13 artigos, dentre esses, 5 de revisão bibliográfica e 8 de experiências práticas envolvendo a CMJ, 1 tese de doutorado e 5 dissertações de mestrado, trazendo experiências concretas sobre o tema.

Dos 21 textos, 1 foi produzido em 1980, 1 em 2000, 1 em 2003, 1 em 2007, 2 em 2009, 2 em 2010, 2 em 2011, 1 em 2012, 2 em 2013, 1 em 2014, 1 em 2016, 4 em 2017 e 2 em 2019. Em 2017, foram produzidos 19,04% dos textos sobre o tema.

²⁵ LERNER, 1980, p. 50.

²⁶ MODESTO, João Gabriel; FIGUEIREDO, Vanessa; GAMA, Guilherme; RODRIGUES, Matheus; PILATI, Ronaldo. *Escala Pessoal de Crenças no Mundo Justo: Adaptação e Evidências de Validade*. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8271201700010013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Quadro 1 – Características dos textos – livros, dissertações de mestrado, TCC e artigos, de relato de experiência, publicados no período de 1980 a 2009

Ano e autor(es)	Título e objetivo(s)
1980 Lerner	Título: <i>“The Belief in a Just World”</i> . Objetivo: Introduz a teoria da Crença no Mundo Justo, por meio de conceituação e experimentos.
2000 Correia	Título: <i>A teoria da crença no mundo justo e a vitimização secundária: Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos</i> . Objetivo: Investigar a relação entre a teoria e a vitimização secundária, no bem-estar psicológico, segundo escalas.
2003 Correia e Vala	Título: <i>Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e a persistência do sofrimento</i> . Objetivo: Analisar três fatores vinculados à CMJ e a reação do observador à vítima: grau de CMJ daquele, inocência da vítima e sofrimento dessa e os resultados dos testes quanto a sua maior culpabilização.
2007 Faria	Título: <i>Crença no Mundo Justo, AIDS e Câncer de Pulmão: Orientação sexual e responsabilização individual</i> . Objetivo: Investigar o preconceito contra homossexuais portadores de HIV/AIDS conforme a Crença no Mundo Justo, bem como fazer comparação com pessoas com câncer de pulmão, na vitimização secundária.
2009 Freire	Título: <i>Crença no Mundo Justo e Estratégio de Coping num Contexto de Bullying</i> . Objetivo: Verificar se a Crença no Mundo Justo (CMJ) encontra-se associada a estratégias de coping (forma de lidar com uma situação estressante) usadas, bem como sua relação com o bullying e vitimização.
2009 Pereira	Título: <i>“Com o mal dos outros posso eu bem!” – O Impacto da Crença no Mundo Justo, da Inocência da Vítima e da Categorização Social da Vítima na Vitimização Secundária e na Shadenfreude</i> . Objetivo: Analisar os pressupostos da Crença no Mundo Justo em relação à inocência das vítimas e categorização dessas, em situações de sofrimento persistente, notadamente na vitimização secundária. Examina como o prazer malicioso (shadenfreude) dos observadores opera-se quanto às vítimas e sua influência na vitimização secundária.
2010 Gago e Correia	Título: <i>Reacções à injustiça no trabalho: Impacto na crença no mundo justo, da justiça procedimental e da justiça distributiva</i> . Objetivo: Analisar a proposta do impacto da crença no mundo justo como moderadora da justiça procedimental e distributiva, no aspecto das relações no ambiente de trabalho. Igualmente investiga como as pessoas reagem naquele contexto, consoante maior ou menor CMJ pessoal.



2010 Gouveia <i>et al.</i>	Título: <i>Validade Fatorial Confirmatória e Consistência Interna da Escala Global de Crenças no Mundo Justo – CJWS</i> . Objetivo: Investigar a validade e precisão da Escala Global de Crenças no Mundo Justo (CJWS), verificando a importância de questões como gênero e idade, religiosidade, estado civil e renda para sua variabilidade.
2010 Trindade	Título: <i>Manual de Psicologia Jurídica</i> Objetivo: Promover o diálogo entre psicologia e direito, em diversos âmbitos, como teoria e prática na vida forense, na criminologia e outros ramos do Direito.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados.

Pelo que foi exposto no Quadro 1, no período de tempo compreendido entre 1980 a 2010, ou seja, em 30 anos, foram realizados, dentre os textos coletados, 8 pesquisas, perquirindo a conceituação e inserção da teoria dentre aquelas investigadas no mundo da psicologia (LERNER, 1980). Bem adiante, apenas em 2000, isto é, 20 anos após o fenômeno ter sido percebido e delineado, aponta-se o estudo sobre a Crença no Mundo Justo, em desenvolvimentos teóricos e estudos empíricos, além de sua influência no bem-estar psicológico e na vitimização secundária (CORREIA, 2000), como papel moderador na inocência da vítima e persistência do sofrimento, no grau dessa crença, inocência da vítima e culpabilização (CORREIA; VALA, 2003), em comportamentos discriminatórios de homossexuais com HIV/AIDS (FARIA, 2007), nas situações de *bullying* (FREIRE, 2009), no prazer malicioso das pessoas em relação às vítimas, ou “*Shadenfreude*” (PEREIRA, 2009), no ambiente de trabalho (GAGO; CORREIA, 2010), e segundo escalas globais de categorização da crença (GOUVEIA *et al.*, 2010) e, finalmente, em exame mais geral (TRINDADE, 2010). Dos 8 artigos, 7 foram realizados entre os anos de 2000 a 2010, sendo 3 em áreas mais práticas e concretas.

Os dados demonstram hiato entre o surgimento da teoria e demais pesquisas científicas na área, bem como maior delineamento teórico e aplicação por meio de testes e pesquisas em grupos específicos, muitos deles em setores mais específicos, como homossexuais e ambiente de trabalho. Do exame dos textos nesse período, observou-se ocorrer transição, de âmago mais teórico e conceitual, nos textos mais antigos, à sua aplicação em situações cotidianas e de microcosmos, nos estudos mais recentes. A importância dessa aplicação da teoria em situações práticas da vida é mencionada por Faria (2007, fl. 9), no resultado da sua pesquisa:

De uma maneira geral os portadores do HIV/AIDS foram mais responsabilizados pela própria contaminação. Os resultados mostram que a CMJ tem um papel moderador na responsabilização, assim, os participantes com alta CMJ responsabilizaram mais os homossexuais portadores do HIV/AIDS. No entanto, no caso da baixa

CMJ, os participantes responsabilizaram mais os heterossexuais portadores do HIV/AIDS. Esses resultados são discutidos à luz da teoria de racismo aversivo de Gaertner e Dovidio (1986), ressaltando-se a importância da inclusão do preconceito contra homossexuais na agenda de investigações dos psicólogos sociais.

No Quadro 2 são trazidos artigos e estudos mais recentes, realizados na última década, entre os anos de 2011 a 2019, nos quais, em que pese alguns enfoques mais teóricos, sedimentaram-se a prática e aplicação da teoria em situações cotidianas e problemáticas, sendo a tônica das investigações. Segundo análise dos conteúdos expostos em tal coletânea de dados, foram 13 textos: 1 livro, 1 tese de doutorado, 3 dissertações de mestrado e 8 artigos científicos, demonstrando, destarte, maior interesse por essa área de conhecimento que nas décadas anteriores. Nesse período, 3 artigos foram de revisão bibliográfica, enquanto 10 foram de incidências aplicadas da teoria, focando-se nos temas correlacionados à CMJ: bem-estar e locus de controle vinculados à CMJ (SANTOS; TORRES; ZANINI, 2011), justiça e interesse próprio no contexto da crença examinada (LERNER; CLAYTON, 2011), suas representações sociais e a vitimização (PEIXOTO, 2012), repercussão nos crimes de abuso sexual de menores (RIBEIRO, 2013), percepções de justiça e injustiça e derivações na sociedade (WACHELKE *et al.*, 2013), nos comportamentos desviantes juvenis (MENDONÇA, 2014), como mediadora da qualidade de vida e valores humanos (NASCIMENTO, 2016), verificação em razão de suas escalas pessoais (MODESTO *et al.*, 2017), manifestação da crença em ditados populares (LINHARES, 2017), na relação entre adolescentes com condutas desviantes e empatia com suas vítimas (ESTEVES, 2017), nas relações intergrupais dos exogrupos e endogrupos (MODESTO, 2017), na culpabilização das mulheres vítimas de estupro (FARIAS, 2019) e relação dos valores morais atinentes à crença na culpabilização da vítima (ALBUQUERQUE *et al.*, 2019).

Logo, percebe-se que a pesquisa sobre o assunto teve importante crescimento ao longo dos anos, apresentando características que se inseriram em problemas atuais merecedores de grande reflexão. Trata-se de abordagem importante a análise desses temas, como vitimização secundária da mulher em caso de estupro e sua relação com a CMJ ou abuso sexual de crianças, entre outros, para se compreender melhor o fenômeno e a falta de mecanismos eficazes de controle e redução de incidência. A mudança de enfoque da teoria ou abstração, na criação de conceitos da temática em pesquisa, para o conteúdo mais específico, permite a assimilação e incremento do alcance da matéria.

A seguir, no Quadro 2, são expostos os textos considerados entre os anos de 2011 a 2019, fazendo-se a divisão cronológica em face do cotejo da produção por tempo e foco das pesquisas.

<p>Quadro 2 – Características dos textos, dentre livro, tese, dissertações e artigos publicados no período de 2011 a 2019</p>	
<p>Ano e autor(es)</p>	<p>Título e objetivo(s)</p>
<p>2011 Santos, Torres e Zanini</p>	<p>Título: <i>Bem-estar, locus de controle e crença no mundo justo de trabalhadores da saúde.</i> Objetivo: Analisar o bem-estar dos trabalhadores da saúde em centro de reabilitação, em cotejo com a crença no mundo justo e locus de controle.</p>
<p>2011 Lerner e Clayton</p>	<p>Título: <i>Justice and Self-Interest.</i> Objetivo: Averiguar como a justiça e interesse próprio interagem e integram a vida das pessoas e o compromisso que os indivíduos têm com a justiça.</p>
<p>2012 Peixoto</p>	<p>Título: <i>Propensão, Experiências e Consequências da Vitimização: Representações Sociais.</i> Objetivo: Verificar e delimitar a vitimização da criminalidade, como forma de propensão àquela, nos fatores de afetação da vitimização, medo desta, estilo de vida, crença na violência, consequências da vitimização, efeitos da discriminação, fatores de risco e prevenção.</p>
<p>2013 Ribeiro</p>	<p>Título: <i>A Vitimização Secundária no Crime de Abuso Sexual de Menores.</i> Objetivo: Posicionar os conhecimentos científicos na atualidade que discorrem sobre a vitimização de crianças pelo abuso sexual e sua relação com a vitimização secundária, na vertente da Justiça Criminal.</p>
<p>2013 Wachelke et al.</p>	<p>Título: <i>Crenças no mundo justo e injusto.</i> Objetivo: Coletar danos e refletir acerca de valores que são importantes para vida pessoal, para uma sociedade, percepção da justiça e injustiça no mundo (crença no mundo justo e injusto, além de crenças sobre o trabalho e sucesso profissional).</p>
<p>2014 Mendonça</p>	<p>Título: <i>Crença no Mundo Justo e Vitimização Secundária: O papel do comportamento desviante na adolescência.</i> Objetivo: Averiguar o comportamento desviante adolescente e como se relaciona com a Crença no Mundo Justo, no sentido de relação com a vítima e a vitimização.</p>
<p>2016 Nascimento</p>	<p>Título: <i>Satisfação com a vida: Uma explicação pautada na crença no mundo justo e nos valores humanos.</i> Objetivo: Compreender a influência da crença do mundo justo como mediadora da satisfação da vida, pautada nos valores humanos.</p>
<p>2017 Modesto et al.</p>	<p>Título: <i>Escala Pessoal de Crenças no Mundo Justo: Adaptação e Evidências de Validade.</i> Objetivo: Realizar uma revisão de literatura a respeito da crença no mundo justo e da escala pessoal da CMJ, nas suas evidências de validade.</p>
<p>2017 Linhares</p>	<p>Título: <i>Crença no mundo justo e ditados populares.</i> Objetivo: Discutir sobre a utilização de ditados populares como consagração da CMJ, que a validam segundo usos sociais e, também, a CMJ como mecanismo de discriminação de homossexuais.</p>



2017 Esteves	Título: <i>Crença no Mundo Justo, empatia e vitimização secundária: A inocência da vítima e o comportamento desviante na adolescência.</i> Objetivo: Explorar o impacto das condutas desviantes de adolescentes, bem como sua relação com a Crença no Mundo Justo e percepção empática desses jovens em relação às vítimas.
2017 Modesto	Título: <i>"Nem todas as vítimas importam": crenças no mundo justo, relações intergrupais e responsabilização de vítimas.</i> Objetivo: Investigar como se realiza o processo de responsabilização das vítimas em contextos intergrupais, tendo como parâmetro a teoria da CMJ.
2019 Farias	Título: <i>Culpabilização de mulheres vítimas de estupro: subtipos femininos e variáveis correlatas.</i> Objetivo: Compreender a culpabilização das vítimas de estupro, segundo características do observador e sua interação com o gênero feminino.
2019 Albuquerque <i>et al.</i>	Título: <i>Influência da Pertença Grupal, Valores Morais e Crença no Mundo Justo na Culpabilização da Vítima.</i> Objetivo: Pesquisar a relação entre pertencimento grupal da vítima, na esteira de conceitos de exogrupos e endogrupos e a vitimização secundária, pelos valores morais da CMJ.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados.

Pelos quadros expostos, percebe-se interesse crescente na matéria abordada, que inicia de forma discreta e pouco quantitativa, surgindo, mais fortemente na última década, nos anos entre 2011 a 2019. Os focos de exame também restaram mais específicos, vinculando a CMJ a preconceitos decorrentes de contaminação por HIV/AIDS por homossexuais (FARIAS, 2007), trabalhadores da área da saúde (SANTOS; TORRES; ZANINI, 2011), inserções sociais e fatores de afetação da vitimização (PEIXOTO, 2012), relacionada à conduta de abuso sexual de crianças e adolescentes (RIBEIRO, 2013), acerca da relação de adolescentes com condutas desviantes com suas vítimas (MENDONÇA, 2014 e ESTEVES, 2017), como viés usado na satisfação com a vida (NASCIMENTO, 2016), em grupos sociais, com noção de pertencimento (MODESTO, 2017), sobre a vitimização das mulheres que são acometidas de crimes sexuais e vínculo aos gêneros (FARIAS, 2019). Tais estudos e conclusões são deveras relevantes para os contornos da teoria da crença no mundo justo, além de servir como expressivo parâmetro para avaliação de fatos cotidianos, como os que foram trazidos acima, bem como outros possíveis.

Nesse sentido, cita-se o trabalho paradigmático de Correia (2000), que intenta relacionar a teoria da Crença no Mundo Justo com a vitimização secundária. Inicialmente, aponta as condutas de ajuda na tentativa de dirimir sofrimentos, as quais têm outra faceta, correspondente a ameaças, sentimentos de segurança que as pessoas possuem. Diante disso, objetiva demonstrar que, em

razão dessa sensação que nos acomete, desenvolvemos mecanismos de defesa, a fim de não estarmos constantemente imbuídos de medos e prosseguirmos na vida. Contudo, essa mesma defesa conduz a pensamentos distorcidos a respeito das vítimas, com conseqüente lógico da construção operada com ela.

Nesses termos, a autora realiza revisão de literatura acerca do tema, além do fato de que essa teoria é considerada uma forma de conferir bem-estar psicológico, sendo um mecanismo adaptativo nesse ponto e, igualmente, sendo algo reativo à condição das vítimas. Apresenta estudos que vinculam a CMJ com a vitimização secundária, no sentido de que, para manter-se aquela, é necessário realizar a culpabilização das vítimas ou pela “atribuição de responsabilidade comportamental” ou a desqualificando, com “atribuição de responsabilidade moral”. Seu trabalho fundou-se bastante em Melvin Lerner (LERNER, 1980), o qual percebeu que os médicos e funcionários de hospital desvalorizavam doentes mentais.

No mesmo sentido, observou que estudantes realizavam atos similares quanto a pobres, considerando-os, de uma forma ou de outra, responsáveis pelo seu destino trágico, tendo cada um o que merece. Assim configura a vitimização secundária, já que a primária consiste no próprio acontecimento que acometeu a vítima. A secundária consistiria na responsabilização dela e conseqüente desvalorização diante de seu sofrimento. Logo, quanto maior a CMJ, mais confirmado ficou que aumentava a culpabilização das vítimas, a vitimização secundária. Aplicam-se escalas para medir o grau de CMJ das pessoas, entre dois polos: aceitação total e rejeição total de que o mundo é um lugar justo, por meio de estudos experimentais.

Os resultados, conforme a autora, mostraram que a aceitação das desigualdades e a caracterização destas como justas está diretamente relacionada à maior CMJ. Tais resultados foram observados diretamente na concepção das pessoas em relação à pobreza, notadamente no 3º mundo. Os estudos ainda demonstraram que a vitimização se conectava com responsabilização de negros e mulheres pela condição de sofrimento e desprivilegio que se encontravam, considerando serem estes responsáveis pela sua condição social. Isso comparativamente a homens e brancos. Nos estudos, há, também, tendência a ligar poder, riqueza e sucesso na vida a qualidades pessoais, em geral, de forma aumentada quando se trata de sujeitos com alta CMJ. Diante disso, os resultados concluíram que, maior a CMJ, mais respostas estereotípicas. No caso de acidente automobilístico, pessoas com alta CMJ tendem a acreditar na responsabilidade do condutor no acidente, sendo o oposto quem tem baixa CMJ. Em que pese a variabilidade de escalas, a análise global delas indica que, de fato, há relação entre mais forte CMJ e maior culpabilização das vítimas, seja no comportamento seja em aspectos morais.

Traz Correia (2000) importantes estudos que demonstram estar a CMJ diretamente vinculada ao bem-estar psicológico, sendo fundamental para que o sentimento de segurança perante os perigos da vida seja resguardado. Nesses termos, houve resultados mostrando que a baixa CMJ relaciona-se à depressão, e, em outro análogo, à satisfação com a vida e alta CMJ. Igualmente, testou-se o nível de estresse com essa crença, surgindo que pessoas com alta CMJ percebem menos os elementos estressores, vendo as dificuldades como desafios, enquanto os de baixa os veem como algo ameaçador. Adiante, sustenta estarmos, pelos resultados obtidos nos diversos estudos, diante de paradoxo (CORREIA, 2000, fl. 17):

O mecanismo que nos protege do stress dos acontecimentos negativos com que nos confrontamos leva-nos a distorcer os acontecimentos e a avaliação que fazemos das pessoas que sofrem, o que pode levar a que contribuamos para o aumento desse sofrimento.

Concluiu a autora, diante dos resultados obtidos, que a vitimização secundária é derivada da necessidade de se manter intacta a crença no mundo justo e, assim, garantir certa segurança quanto a acontecimentos imprevisíveis do mundo. Ameaçada a CMJ, aumenta a responsabilização da vítima. Em sentido semelhante encontramos Correia e Vala (2003).

Em similaridade, propondo-se a estudar a CMJ, Escalas Globais para sua medição, tentando corroborar, por meio de constructo, examinando reações de estudantes brasileiros, realizando medidas oportunas ao tema, revela-se a investigação levada a cabo por Gouveia *et al.* (2010), concluindo ser a escala uma ferramenta confiável para se mensurar a Crença no Mundo Justo.

Pereira (2009), por seu turno, em dissertação de mestrado, objetivou examinar trabalhos com aspectos relacionados às vítimas, consoante pressupostos da Crença no Mundo Justo, mas levando-se em conta as variáveis concernentes à (2009, fl. 4):

Inocência da vítima e categorização social da mesma, numa situação de sofrimento persistente. [...] A vitimização secundária ocorre face a vítimas inocentes com sofrimento persistente e é maior em observadores com alta crença no mundo justo do que naqueles que apresentam uma baixa crença no mundo justo.

Nessa linha, a autora tenta demonstrar que o denominado prazer malicioso (prazer que se sente em relação a sofrimento das pessoas, chamado de “schadenfreude”), pode se manifestar como vitimização secundária. Igualmente, objetiva perceber o quanto esse prazer relaciona-se com atenuações de sentimentos desagradáveis dos observadores relativamente às vítimas, por não serem eles próprios acometidos da tragédia que as atingiu. Os resultados indicam a conexão entre o prazer malicioso, ou seja, e certas formas de vitimização secundária, mas dissociada da crença no mundo justo, independentemente da inocência ou

categorização da vítima. Dito isso, conduziu no sentido de investigar se essa forma de prazer é mais uma maneira de “revitimizar a vítima” e como se relaciona com a vitimização secundária, bem como se há associação com atenuação de sentimento pela própria pessoa não ter sido atingida pelo acontecimento negativo. Diante disso, a par das teorias acima tratadas, a autora elenca mais um elemento que anda ao lado da vitimização, e com ela se vincula, a satisfação de observar outra pessoa sofrendo, principalmente quando a outra pessoa é alvo de inveja. Apresenta pontos em comum com a CMJ, por exemplo, por pensar que a vítima mereça o infortúnio, e trazendo a segunda mais sofrimento a quem já sofreu uma primeira vez, por algum acontecimento. São, paralelamente, reações negativas à vítima, conforme pontua o estudo, tendo, por base, a justiça (PEREIRA, 2009). Nesse ínterim, destaca-se o importante correlato entre as teorias, notadamente em seus resultados, que se complementam, pois se mostram como formas de lidar-se com as injustiças do mundo e de atenuar o sentimento de insegurança e angústia de quem crê estar inserido em realidade imprevisível.

Mencione-se, a reforçar os dados e experimentos já referenciados, a pesquisa realizada por Wachelke *et al.* (2013), que avaliam a percepção de estudantes de Uberlândia acerca de certos fenômenos sociais como valores, crença no mundo justo e injusto, com as conclusões de que a crença no mundo justo trata-se da forma de pensar no merecimento de algumas pessoas atinente a fatos que lhe acometem, ao contrário, pensar em mundo injusto conduz à ideia de que pessoas recebem o que não merecem e não recebem o que merecem. Quanto ao primeiro prisma, conduz-se à resposta de que há certo modo reconfortante de estar-se na vida, pois boas coisas acontecem a boas pessoas. Logo, há certa retribuição ao agir “correto” ou conforme o bem, já que isso será recompensado. Ademais, confere estabilidade psíquica e emocional para permanecer em suas tarefas diárias, sem ser arrematado de medo e angústia. Em que pese a CMJ não ter viés objetivo, uma vez que os fenômenos que atingem as pessoas são muito mais aleatórios, apresenta-se como realidade a quem compartilha dela, permitindo uma vivência para além do presente, projetando-se no futuro. Diferenciam crença no mundo justo geral e pessoal, orientando a pesquisa para a crença geral. Apresentam indicadores conforme classes econômicas bem como debate teórico da temática. A análise corrobora as teorias acerca da CMJ, trazendo importantes e destacados dados sobre o ponto, mediante questionários voltados a grupos sociais específicos, como estudantes de cerca de 16 anos, comparando-se escolas particulares com escolas públicas, assim, puderam cotejar diferentes prismas econômicos em mesma faixa etária e avaliar suas percepções sobre o mundo justo e suas expectativas derivadas dessa crença.

Estudos análogos, que trazem mais elementos ao debate são os realizados por Modesto *et al.* (2017), objetivando expor a validade da Escala Pessoal de CMJ, por meio de questionários realizados com 146 participantes, com maioria de mulheres, com idades entre 17 e 66 anos, que responderam a questões vinculadas à autoestima, bem-estar e religiosidade. Ainda, busca a validade da versão da escala de (DALBERT, 1999) para analisar o nível de CMJ pessoal, avaliando-se a “estrutura fatorial da escala, a consistência interna e testada a validade convergente do instrumento com medidas de bem-estar, autoestima e religiosidade” (2017, p. 8). Quanto a resultados alcançados, apontam (2017, p. 3):

Foi encontrada uma solução unifatorial e consistência interna satisfatória ($\alpha = 0,83$). Adicionalmente, como esperado, foram encontrados relacionamentos positivos da CMJ-P com CMJ-G, autoestima e bem-estar, mas apenas marginalmente significativo com a religiosidade. Verificou-se ainda a relação positiva da CMJ-P com a renda e nível de escolaridade.

Os autores supracitados trazem os resultados nas p. 8-9, que importam esclarecimento do tema:

O teste de validade convergente também corroborou os achados da medida original, sendo encontrados relacionamentos positivos da CMJ-P com a CMJ-G, autoestima e com o bem-estar. Como postulado pela hipótese do mundo justo, uma vez que o indivíduo acredita que ele próprio ‘tem o que merece e merece o que tem’, (LERNER, 1980) isso contribui positivamente com o seu bem-estar e autoestima. A ideia básica é que avaliar-se em uma situação de injustiça gera reações negativas. Logo, maiores índices de CMJ pessoal, por representarem a crença de que há um senso de justiça em relação a si mesmo, tendem a se associar com construtos como bem-estar subjetivo e autoestima.

A relação da CMJ com a religiosidade, diferente do que era esperado, foi apenas marginalmente significativa e somente quando considerarmos os participantes de religiões cristãs. Destaca-se que outros estudos também encontraram relações apenas modestas da CMJ com a religiosidade (CROZIER; JOSEPH, 1997), a despeito de evidências de relações mais fortes entre os constructos (KURST; BJORCK; TAN, 2000). É possível que fatores culturais exerçam algum papel nessa relação. No caso de estudos realizados no Brasil, por exemplo, há outras evidências de ausência de relação da CMJ (dimensão global) com a religiosidade (GOUVEIA *et al.*, 2010), diferente do que predomina em estudos realizados na Europa e Estados Unidos.

Já em relação à renda e nível de escolaridade, foram encontradas relações positivas com a CMJ pessoal. Uma vez que renda e nível de escolaridade estão associados a maior *status* e poder, é possível que esse resultado seja explicado pelo papel exercido pela CMJ enquanto mecanismo justificador do sistema na manutenção do *status quo* (JOST; BANAJI, 1994; LIMA-NUNES; PEREIRA; CORREIA, 2013). Pessoas com mais *status* e poder tendem a aceitar que o mundo é um local justo para si mesmo, e a concluir que sua posição se deve ao esforço compreendido.

Nascimento (2016), foca sua atenção de estudos para testar formas de interlocução da satisfação da vida e bem-estar psicológico, são percebidos por meio da CMJ e valores pessoais. Contando com a participação de 300 pessoas, conclui que a crença no mundo justo de fato se relaciona com os valores nor-

mativos. A satisfação com a vida mostra que existe a mediação proposta, com resultados de que a CMJ aumenta aquela, pois “há mediação, sendo esta indireta, haja vista que, com a entrada das crenças no modelo, a subfunção normativa continuou apresentando relação direta com a satisfação com a vida” (2016, p. 10).

Vinculado a esses estudos, ressalta-se a pesquisa realizada por Peixoto (2012), que trata especificamente das vítimas enquanto representações sociais. Objetiva, sucintamente, realizar quadro conceitual acerca dos aspectos multifatoriais à vitimização criminal e suas implicações em vários espectros, como sociedade, economia, cultura e outros. Dessa maneira, apresenta resultados das consequências da vitimização e as diversas reações, como emocionais e comportamentais experienciadas. A intenção da coleta de dados conduz à indicação de formas de atenuar o sofrimento de vítimas, nomeadamente que se originem da criminalidade. Esse estudo produz diversos resultados que importam ao tema pesquisado, porquanto insere a vítima em contexto mais amplo de análise, percebendo-a em vários matizes.

Mendonça (2014) debruça-se em objeto de exploração centrado no comportamento desviante de adolescentes quanto à vitimização secundária e CMJ. Seu estudo experimental procura cotejar a vitimização secundária, crença no mundo justo, merecimento da vítima, noção da inocência desta com comportamentos desviantes de adolescentes, além disso, com atribuição de responsabilidade em face da vítima e do agressor. Realizou amostras com 284 estudantes de escolas da Grande Lisboa, Portugal, com idades entre 13 e 20 anos. Em conclusão, aponta que:

O efeito de interação observado permite concluir que jovens com mais comportamentos desviantes, alta crença no mundo justo e na condição de vítima inocente vitimizaram significativamente mais a vítima, considerando-a numa situação mais justa, mais merecedora do assalto e minimizando mais o seu sofrimento (MENDONÇA, 2014, p. 4).

Os resultados permitiram ainda reforçar o impacto da crença no mundo justo como variável explicativa destas percepções, consolidando a sua importância na compreensão do fenômeno da vitimização secundária. Sabemos agora que o jovem cujo desvio é mais alto é menos capaz de se imaginar na situação da vítima, identifica-se menos com ela e atribui-lhe mais responsabilidade pelo incidente sofrido. Percebemos que isto resulta de uma maior identificação com o agressor e conseqüente necessidade de o proteger (como se a si se protegesse) em detrimento da vítima, já que com ele sente maior proximidade. Mais ainda, também o envolvimento em mais condutas desviantes na adolescência interage com uma alta crença no mundo justo e propicia a vitimização e estigmatização de outros jovens, particularmente quando são vistos como inocentes (MENDONÇA, 2014, p. 64).

Esteves (2017), ainda no foco de adolescentes com condutas desviantes, CMJ, inocência das vítimas, merecimento e culpabilização destas, acrescenta o item relativo à empatia do jovem com desvio em face das situações das vítimas. Ressalta o propósito de sua dissertação como o de verificar o “impacto do

comportamento desviante juvenil, da crença no mundo justo e da percepção da inocência da vítima na vitimização secundária” (2017, p. 5). Pretende, destarte, entender como a empatia serve como mediadora em tais variáveis quanto à vitimização, notadamente a secundária. Igualmente, examina o nexos entre as condutas desviantes juvenis, em dois termos: identificação com a vítima e com a própria vitimização sofrida. Para isso, avalia uma amostra de 249 estudantes, entre 13 e 20 anos. Percebe que se há pouca empatia, o desvio na conduta exsurge mais forte, recorrendo a formas de vitimização secundária, portanto. Outrossim, vincula a forma como os jovens percebem as vítimas e sua empatia, a conduzir a vitimização. Não se percebeu, contudo, incidências importantes no que tange à Crença no Mundo Justo. Nos resultados, observa-se que mais jovens do sexo masculino têm tendência maior a comportamentos desviantes. Jovens que apresentavam repetência também demonstram essa tendência, o que vai aumentando, inclusive, conforme aumenta o número de repetências. Ademais, jovens com menos comportamento desviante tinham maior empatia com as vítimas e os com mais comportamento, ao contrário, menos empatia. Ao revés da literatura, os testes aplicados indicam que os adolescentes com mais poder desviante apresentavam maior identificação com as vítimas. Os jovens com mais tendência à delinquência e com a situação de vítima não inocente demonstraram maior identificação com a vítima em questão. Os com menos comportamentos desse tipo, com as mesmas vítimas não inocentes, apresentam menor identificação. Quando expostos às condições de condutas desviantes e vítima inocente, apresentam menos identificação. Na terceira hipótese de testes e resultados, expuseram a situação de jovens com comportamentos desviantes em exame de vítima inocentes, possuindo, aqueles, alta CMJ. Observa-se que, na análise de vitimização secundária, os jovens vitimizam menos a vítima inocente que a não inocente, sendo aqueles com maior comportamento desviante que realizam a maior vitimização secundária. Ainda, pessoas com maior CMJ são as que mais vitimizam secundariamente as vítimas. Logo, quem tinha alta CMJ, comportamento desviante, perante a vítima inocente apresentava maior uso da vitimização secundária, comparativamente àqueles que não apresentam o desvio. Isso porque, nessa hipótese, a necessidade de se fortalecer a crença citada é maior, por isso, se utilizam de recursos atinentes à vitimização secundária. Conclui-se, confirmando a literatura, que, onde há maior CMJ, maior a necessidade de esta ser reforçada por meio da vitimização secundária, já que, aceitar que a vítima é inocente acarretaria um pensamento de que o mundo é injusto.

Prosseguindo nos resultados obtidos com a pesquisa, Esteves (2017) aponta que quando se trata de vítima não inocente, com pessoas de alta CMJ e comportamento desviante acabaram vitimizando mais as vítimas, se em paralelo com outras que, mesmo apresentando elevada CMJ, não tinham as condutas aci-

ma. Importa complementar que jovens com desvio de comportamento e baixa CMJ vitimizavam menos as vítimas também, relacionando-se, assim, de fato, a CMJ com a maior vitimização secundária. Percebe-se que no grupo de jovens com alto comportamento desviante e alta CMJ é onde surge a mais alta vitimização secundária, ainda maior quando se trata de vítima não inocente. Nesse aspecto há distanciamento com a literatura acerca do assunto, que indicava maior vitimização secundária para vítimas inocentes. O estudo mostrou algo diferente, mais vitimização, no contexto acima daqueles jovens, de vítimas não inocentes. A pesquisa de Esteves mostra que, independente do tipo de vítima, em geral, jovens com comportamento desviante e alta CMJ costumam recorrer em maior escala à vitimização secundária. Relativamente à empatia, quanto maior a identificação com a vítima inocente, menor a vitimização secundária se percebe, o que se manifesta, por exemplo, entre as pessoas com inferior conduta desviante e menor CMJ. Isso porque, desvalorizar a vítima nessa hipótese, seria desvalorizar a si mesmo, nos processos empáticos. Concluiu, dos resultados obtidos (2017, p. 66):

No presente estudo, a vitimização secundária correlacionou-se fraca, mas positivamente, com a crença no mundo justo, o que significa que quanto mais os jovens da nossa amostra recorrem a estratégias de vitimização secundária, mais a sua crença no mundo como lugar coeso e justo se evidencia. Além disso, a vitimização secundária correlacionou-se da mesma forma, fraca e positiva, com o desvio comportamental dos adolescentes, revelando que a incidência em estratégias de vitimização secundária está alicerçada a pontuações mais altas nos comportamentos desviantes dos jovens da nossa amostra. Observamos também que a vitimização secundária e a empatia cognitiva dos jovens se correlacionam, mas aqui de forma moderada e negativa, sugerindo que quanto mais os sujeitos recorrem a estratégias de vitimização secundária, tendencialmente, níveis mais baixos de empatia cognitiva apresentam, e vice-versa.

No mesmo sentido, encontramos os estudos de Modesto e Pilati (2017), ao examinarem a responsabilização das vítimas relativamente a grupos, a partir da CJM. Concluíram que vítimas pertencentes ao exogrupo ou endogrupo interferem na percepção do observador quanto à maior ou menor vitimização desta. A conclusão aponta que vítimas do endogrupo causam mais ameaça à crença no mundo justo, portanto, são mais responsabilizadas. Essa pesquisa coaduna-se com o que foi discutido por Esteves (2017), incluindo a noção de pertencimento da vítima como variável para análise da intensidade na culpabilização dessa.

Albuquerque *et al.* (2019), seguem na linha de pesquisa acerca de pertença grupal para exame referente à influência da crença no mundo justo para fins de vitimização secundária. Reforça as conclusões mencionadas por Modesto e Pilati (2017), no sentido de que vítimas de um endogrupo são mais responsabilizadas que aquelas de exogrupos. Contudo, esse estudo centra atenção em vítimas de estupro, chegando a conclusões análogas às do artigo anterior, que fo-

ca em vítimas em geral. Tais conclusões de Albuquerque *et al.* (2019) são, igualmente, explicadas pelo fato de adesão do endogrupo a valores morais. Ademais, observa-se que há preconceitos arraigados quanto ao gênero, o que afeta na condução da responsabilidade atribuída à vítima sexual.

Farias (2019) desenvolve pesquisa na área da culpabilização das mulheres em crimes de estupro. Tem por meta perquirir a culpabilização da vítima como imputação de culpa pelo crime à própria vítima, quando se utilizam de estratégias para responsabilizá-la pelo acontecimento que a vitimou. Assim, foca no objetivo de entender a culpabilização dessas vítimas, pelos indicadores relativos a características do observador/julgador e interação com aspectos femininos (como vítima tradicional e não tradicional). Usou-se amostra de 391 pessoas, a maior parte do gênero feminino, heterossexual e católica, sendo questionados sobre seus valores, dominância, autoritarismo de direita, sexismo e quanto a crenças acerca do estupro. Os resultados não mostram diferença substanciais relativamente aos subtipos tradicional e não tradicional. Ainda, percebe que os mitos que envolvem o crime de estupro se alicerça em ideias de atitudes tradicionais quanto ao gênero, além de camadas sociais a serem mantidas. Ademais, observou (2019, p. 10):

Foram observadas diferenças significativas entre homens e mulheres; entre pessoas com baixa e alta dominância social; e entre pessoas com baixo e alto autoritarismo de direita. Quanto às subfunções valorativas, o nível de culpabilização da vítima se correlacionou negativamente com as subfunções interacional, experimentação e suprapessoal; e positivamente com a subfunção normativa. As subfunções realização, normativa e suprapessoal conseguiram prever satisfatoriamente o autoritarismo de direita, a dominância social e o sexismo ambivalente.

No âmbito dos resultados da autora, é de se destacar, igualmente (2019, p. 121):

É possível pensar que os respondentes levaram mais em conta, no momento de julgar a culpabilização da vítima, os acontecimentos da noite do estupro, em detrimento dos aspectos da vida (relacionamentos, traços de personalidade), que continham na descrição das vítimas. Nesse sentido, ressalta-se que os itens que avaliaram a culpabilização faziam menção a elementos e comportamentos do caso do estupro, que pode ter orientado os participantes para se atentar mais às circunstâncias do estupro que à descrição anterior da vítima.

A Hipótese 3 e 4 previam que os indivíduos com altas pontuações em autoritarismo de direita e orientação a dominância social apresentariam médias maiores de culpabilização das vítimas. Os resultados apoiaram tais hipóteses. Tanto o autoritarismo de direita quanto a dominância social envolvem a valorização de padrões morais e a manutenção de estruturas hierárquicas de poder (DÍAS-LÁZARO *et al.*, 2014; JOHNSON *et al.*, 2011). [...] Desse modo, a maior culpabilização de mulheres vítimas de estupro por indivíduos com altos níveis de autoritarismo de direita e de orientação à dominância social pode refletir a defesa de uma estrutura patriarcal de sociedade e de padrões morais pautados na forma com o as mulheres devem se comportar socialmente.

Ainda no campo da violência sexual, Ribeiro (2013) investiga a influência entre a vitimização secundária e a violência sexual em relação a menores. Objetivou estudar, prioritariamente, o efeito de vitimização secundária ocorrido em menores abusados sexualmente nas instâncias formais: policiais e judiciais, após o crime. Assim, foca na influência da Justiça Criminal sobre esses menores. As conclusões a que chega demonstram que, efetivamente, é o menor, vítima de abuso sexual, bastante perturbado e estigmatizado pela experiência passada nas instâncias de controle estatal, experienciando novo trauma decorrente disso. A produção probatória que ocorre ao longo do processo acarreta preconceitos e sofrimentos à vítima, reafirmando o anterior abuso, já que é necessário recontar o fato diversas vezes e diante de várias pessoas, além de exames intromissivos. Indica formas de intervenção menos nefastas à criança vítima, de forma que dirimam os efeitos deletérios decorrentes da vitimização secundária de que padece. Mostra-se um estudo de relevância, pois, ao contextualizar a vitimização em uma parcela da população mais vulnerável e, sobretudo, quando submetida aos procedimentos judiciais, incita reflexões profundas acerca da forma como se organizam esses órgãos que deveriam servir de proteção daqueles mais frágeis, bem como perspectiva a ideia de vitimização secundária para além das hipóteses antes estudadas.

Freire (2009) aborda a CMJ associada ao *coping* e *bullying*. Apresenta como objetivo investigar a vinculação entre a crença mencionada, o *coping* e *bullying*, em adolescentes. Como conclusão, percebe que a CMJ relaciona-se a aplicações de *coping* e busca de acolhimento dos pares. Percebeu, destarte, que, maior a CMJ, menor a ocorrência de vitimização e aumento de condutas pró-sociais, indicando, portanto, o estudo para estratégias de bem-estar e satisfação com a vida. Assim, frente à ideia original que consistia em analisar a intensidade do *coping* em situações negativas como o *bullying*, especulou-se qual a incidência da CMJ para que a estratégia adaptativa se mostrasse mais presente. Nesse contexto, buscou testar as hipóteses (2009, p. 32):

- (1) Quanto maior a CMJ Pessoal, maior seria o número de comportamentos pró-sociais;
- (2) quanto maior a CMJ Pessoal, menor será a incidência da vitimização;
- (3) haveria um efeito principal do sexo nos papéis adotados no *bullying*, sendo os rapazes a apresentar mais comportamentos de *bullying*;
- (4) quanto maior a CMJ Pessoal, maior seria o recurso a estratégias mais adaptativas.

Aplicados questionários, com o exame destes, a autora chega às conclusões de que, no *bullying*, o auxílio a colegas mostra-se uma forma de manutenção da CMJ. Além disso, pontua (2009, p. 32):

Os resultados de ambos os estudos (Físico e de Exclusão Social) mostram que quanto maior a CMJ Pessoal dos alunos, menor a vitimização era apresentada. Isto pode acontecer devido ao facto de pessoas com elevada

CMJ tenderem a perceber um dado acontecimento negativo como menos injusto, encarando-o com maior aceitação e menos insatisfação (HAFFER; OLSON, 1998). Assim, se esse acontecimento é tido como menos injusto e acarreta mais aceitação em relação a pessoas com baixa CMJ, é compreensível que existam menos comportamentos de vitimização. [...]

Novamente, em ambos os estudos, verificou-se um efeito principal do sexo nos papéis adotados no *bullying*, no entanto, este não seguiu o sentido esperado e proposto na terceira hipótese. Na verdade, foi sugerido que rapazes apresentariam mais comportamentos de *bullying*, em consonância com a literatura, mas os resultados apenas mostraram que, em ambos os estudos, o sexo influencia apenas os comportamentos pró-sociais, sendo que as raparigas a apresentarem esses comportamentos em maior número. De facto, estudos realizados mostram que as raparigas tendem a agir de forma mais pró-social que os rapazes em situações de conflito (ROSE; ASHER, 1999; ROSE; RUDOLPH, 2006), e que essa empatia está relacionada com comportamentos pró-sociais [...].

Diante disso, esse estudo merece especial relevância ao entendimento do tema aqui proposto, pois examina como adolescentes reagem a situações negativas, conforme seu nível de CMJ e sexo, além de comportamentos pró-sociais e adaptativos mais direcionados, ocasionando maior ou menor vitimização.

Investigada a influência e impacto da CMJ no ambiente de trabalho, apresentam-se, nesta pesquisa, dois trabalhos, de Gago e Correia (2010) e Santos, Torres e Zanini (2011).

No primeiro, de Gago e Correia (2010), estas tentam primeiramente diferenciar CMJ Pessoal e Geral, demonstrando os elementos componentes de cada uma delas. Ademais, investigam a influência que a noção de justiça repercute no ambiente de trabalho, o que possui diversas aplicações práticas. Percepções de justiça mostram que os trabalhadores agem mais confiantes e motivados em seu ambiente organizacional, enquanto aqueles que veem o mundo como injusto tendem a impactar de forma negativa na conduta das pessoas envolvidas. O estudo traz que, nessa última hipótese, há maior incidência, inclusive de burnout, além de gerarem mais agressividade no ambiente de trabalho, pois o sentimento de injustiça leva à sensação de “raiva e ressentimento” (2010, p. 60), que podem levar ao abandono do emprego. Contudo, percebe-se que essas sensações podem ser dirimidas quando há forte CMJ em tais pessoas.

O segundo estudo, de Santos, Torres e Zanini (2011) foca na especificidade do impacto da CMJ em trabalhadores de saúde e locus de controle. Apresenta como objetivo a análise do bem-estar desses trabalhadores relacionando-o com a intensidade da Crença no Mundo Justo. Para tanto, foram 146 profissionais participantes, que responderam questionários. Como resultados obtidos trazem que há relação entre locus de controle externo e bem-estar psicológico e satisfação. Ao contrário, também foi demonstrado baixo locus de controle externo com insatisfação com o trabalho e mal-estar. Não chegam a resultados rele-

vantes quanto à graduação da CMJ e o bem-estar dos indivíduos. Esse estudo complementa o primeiro, por ser mais específico quanto ao seu objeto, e o anterior, mais geral, mostrando, assim, as implicações práticas dos trabalhos de pesquisa relativamente à CMJ.

Faria (2007) realiza pesquisa relativamente à orientação sexual e culpabilização decorrentes da Crença no Mundo Justo, quanto a portadores de HIV/AIDS e câncer de pulmão. Objetiva, com o estudo, a investigação do preconceito relativamente a homossexuais com HIV/AIDS, comparando com a discriminação e preconceito em relação a portadores de câncer de pulmão. Testou as hipóteses em 171 estudantes de psicologia. Para metade dos questionados, o portador de HIV/AIDS era homossexual; para a outra, heterossexual. Ainda, parte do grupo foi questionado que a pessoa tinha HIV/AIDS e para outra parte, câncer de pulmão. Percebe-se que os contaminados por HIV/AIDS foram mais culpabilizados que os com câncer de pulmão, usando-se, como moderador, as escalas de CMJ. Assim consta (2007, p. 53):

Os resultados mostram que, de uma maneira geral, os portadores de HIV/AIDS foram mais responsabilizados que os portadores de câncer de pulmão, confirmando, assim, a hipótese 2. No entanto, orientação sexual não teve nenhum papel isolado na responsabilização pela contaminação. Assim, homossexuais e heterossexuais foram responsabilizados da mesma forma, não confirmando a hipótese 1.

No que se refere ao papel moderador da CMJ – hipótese 3, os resultados indicam que aqueles participantes que têm uma adesão mais forte a essas crenças, responsabilizam mais o homossexual portador do HIV/AIDS, confirmando assim nossas expectativas. Aqui é importante ressaltar que não existem diferenças na responsabilização dos portadores de câncer de pulmão. Ou seja, o papel moderador está realmente presente quando junta-se, num mesmo indivíduo, diversas ‘marcas’ sociais estigmatizantes, homossexualidade e HIV/AIDS, como visto anteriormente.

No entanto, um resultado nos chamou atenção: na baixa adesão a CMJ, os heterossexuais foram mais responsabilizados pela contaminação do que os homossexuais, quando na verdade não deveria haver diferenças, já que teoricamente, uma baixa adesão à CMJ significa a não existência do preconceito. Uma hipótese explicativa para tal resultado talvez esteja relacionada aos estudos sobre o racismo aversivo de Gaetner e Dovidio (1986).

Logo, para Faria (2007), maior CMJ leva a uma maior responsabilização de homossexuais com HIV/AIDS. Com baixa CMJ, responsabilizaram mais os heterossexuais portadores da Síndrome. Os resultados demonstram, assim, existir preconceito arraigado em nossa sociedade, que se coaduna diretamente com a CMJ, bem como de aceitação das diferenças e diversidades e responsabilização por males que tenham sofrido essas pessoas. Nesse estudo, fica evidente o preconceito homofóbico que interage com a CMJ.

3 Considerações finais

A presente organização sistemática centrou-se na Crença no Mundo Justo e diversas implicações a respeito. Trata-se a crença de mecanismo de defesa psicológico que surge diante da realidade composta de incertezas e inseguranças. O constructo eclode para dirimir o medo perante essa situação, gerando percepções de que o mundo é um lugar justo e que as pessoas têm o que merecem. Essa concepção tem grande influência em diversas áreas, destacando-se a vitimização secundária, que significa culpabilizar a vítima pelo acontecimento trágico, por meio de seu comportamento e/ou seus aspectos morais.

Os artigos selecionados buscaram realizar exame bibliográfico inicialmente teórico sobre o tema, abordando mais aspectos concernentes à conceituação do assunto, fundamentação e relação com outras áreas. Nesse ponto, salienta-se a relação da CMJ com a vitimização secundária, pois, com o mecanismo de adaptação que nos confere segurança emocional, tem-se como consequência a responsabilização das vítimas em relação ao seu sofrimento, desvalorizando-a.

Logo, os estudos indicaram que, quanto maior a CMJ, mais a ocorrência da vitimização secundária mostrava-se presente. As implicações são evidentes: assim justifica-se a pobreza, a miséria, os males, as desigualdades. Ainda, sustenta-se a tranquilidade daqueles que possuem, em detrimento dos despossuídos, reforçando a responsabilidade dos desafortunados quanto à sua condição. De mecanismo de segurança passa à ilusão, com resultados nefastos quanto à percepção do sofrimento alheio, já que, acionada a crença referida, a avaliação negativa das pessoas que sofrem aumentará o sofrimento destas.

Perquiriu-se, na coleta de dados, outrossim, a correlação da Crença com a satisfação referente à vida e bem-estar psicológico, aspectos comparativos presentes em muitos estudos. Nesse ínterim, mostrou-se a relação proporcional entre CMJ e bem-estar, porquanto, afastado o infortúnio de causas aleatórias e atribuindo-se a causas conhecíveis, como ações e responsabilidade moral, pune-se a pessoa que foi vitimada, mantendo-se coesa a crença de que o mundo é um lugar passível de ser controlado por meio de questões previamente estipuladas. Estudos demonstram conexão entre alta CMJ e baixa depressão, por redução de exposição a estressores vinculados à injustiça e imprevisibilidade da realidade.

Desta sorte, a CMJ liga-se a certas fórmulas éticas predefinidas, de agir correta e incorretamente, atribuindo-se a quem age corretamente resultados adequados e bons na vida. Haveria retributividade no agir correto, estando esse agir coadunado com as normas e as leis vigentes, bem como a moral que se coloca mais ampla que regras institucionalizadas. Desse modo, cria-se a ilusão de que, ao comportar-se bem, consequências positivas ocorrerão, conforme Esca-

las de CMJ, que medem o nível dessa crença, segundo certos medidores. Com a religiosidade, diferentemente do que se acreditou no início da pesquisa, os estudos demonstraram pouca influência quanto à CMJ e vitimização secundária mais acentuada ou não.

Diferentemente, mostrou-se a renda e escolaridade ter relação positiva com a CMJ, dessa maneira, quanto maior o status e nível de escolaridade, maior a CMJ. Crê-se que essa vinculação decorra do fato de quem está em altos cargos ou detém maior poder queira preservá-lo e justificá-lo, logo, enaltece características pessoais para tanto. Igualmente, quem está nessa situação tem certa necessidade de dar respostas a pessoas que se encontram na adversidade, com justificações de que essa condição é atribuível a quem sofre.

Com implicações mais práticas, foram coletados dados de estudos realizados com adolescentes com comportamentos desviantes, com resultados de que, maior a CMJ também maior a vitimização secundária, percebendo-se, dentro daqueles que foram investigados, elementos a indicar realizarem jovens, com condutas desviantes, maior culpabilização de vítimas não inocentes que vítimas inocentes, o que gerou impressão fortuita, por se esperar o contrário. Isso pode derivar do fato de que acreditam, internamente, que a vítima não inocente mereça maior punição pelos seus atos. A importância dos estudos com adolescentes também se mostrou muito relevante na noção de empatia destes com as vítimas, sendo fundamental instrumento para instituições juvenis, como escolas e, até, para análise de adolescentes em conflito com a lei.

Igualmente, merece destaque que algumas pesquisas debruçam-se sobre a influência da CMJ e vitimização secundária em relação a pessoas que pertençam ao exogrupo e endogrupo do observador, chegando-se à conclusão de que vítimas que pertençam ao endogrupo são mais responsabilizadas. Tal constatação leva ao entendimento que estando a vítima mais próxima, ou seja, no endogrupo, haveria identificação maior com esta e, assim, estaria a CMJ mais fortemente ameaçada de ser abalada, uma vez que eventos que acontecem com tal pessoa podem acontecer com o observador, mais próximo desta. Desta feita, é maior a necessidade de se desqualificar a vítima, acreditando-se ter essa contribuído de alguma forma, seja com sua conduta, seja com seu comportamento contra as regras, para o resultado danoso, para a integridade da Crença e manutenção da segurança mental.

A pesquisa atinente a mulheres vítimas de estupro também merece especial atenção. Na apuração, descobriu-se que não houve diferenciação para o acontecimento trágico ter a vítima mulher valores mais tradicionais ou não. O que foi relevante nessa investigação foi a consideração do comportamento da vítima relevante no dia em que aconteceu o estupro, como a vítima ir para a casa do estuprador, ter bebido no dia e outros. Ademais, ficou claro que indica-

dores como autoritarismo de direita e orientação de dominância social têm grande influência na maior culpabilização da vítima, como esperava o estudo, dado que tais pessoas procuram manter valores tradicionais patriarcais intactos, nomeadamente no que se refere ao comportamento feminino. O estudo da CMJ quanto a abusos sexuais de jovens também se mostra extremamente relevante para a compreensão desse fenômeno de tamanha violência e traumas para os mais vulneráveis socialmente.

Ao lado de diversas aplicações concretas da teoria, observando-se subgrupos como trabalhadores da área da saúde, adolescentes vítimas de *bullying* e no ambiente de trabalho, em geral, dotados de relevância, pela possibilidade de aplicação em diversas esferas da vida, há, também, estudo meritoso do impacto da CMJ em homossexuais portadores de HIV/AIDS.

Nesse estudo, reafirmou-se que a CMJ é maior em populações mais conservadoras e atreladas às regras, geralmente pessoas de maior renda. Vale por dizer que essa população apresenta alto grau de preconceito, o que foi percebido nos resultados de questionários, onde quem tinha maior CMJ responsabilizava homossexuais por terem contraído HIV/AIDS. Dessa feita, deixa-se entrever a homofobia relacionada à CMJ e à vítimação secundária dela decorrente, percebendo-se que notável parcela da população apresenta preconceitos arraigados que se demonstram indiretamente, como no estudo apresentado.

Trata-se de pesquisa deveras importante para a compreensão de fenômenos humanos, particularmente em sua interação social. Além disso, nota-se como uma forma de proteção de sentimentos de insegurança perante a realidade, ou seja, de mecanismos de defesa do nosso psiquismo diante da aleatoriedade, pode causar efeitos tão danosos na consideração alheia. Isso porque, ao se unir a formas ilusórias de perceber a realidade, para que seja suportável, projeta-se responsabilidade de algo a alguém que não se sustenta no real, imbuindo a vítima de desprestígio e desconsideração.

O tema proposto merece ser investigado, ainda, em muitas outras áreas específicas, sendo este apenas mais um passo nessa direção, muito, nesse sentido, havendo a ser pesquisado e construído. Espera-se que, com tais considerações e análises, seja possível, a partir do descortinamento de fantasias, chegar-se mais próximo ao âmago da realidade.

Referências

ALBUQUERQUE, Iara Maribondo; TORRES, Ana Raquel Rosas; ESTRAMIANA, Jorge Luis Álvaro; LUQUE, Alicia Garrido. *Influência da Pertença Grupal, Valores Morais e Crença no Mundo Justo na Culpabilização da Vítima*. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2358-18832019000401039&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CORREIA, Isabel Falcão. *A teoria da crença no mundo justo e a vitimização secundária: Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos*. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-2049200000200009>. Acesso em: 27 jan. 2021.

CORREIA, Isabel; VALA, Jorge. *Crença no Mundo Justo e Vitimização Secundária: O papel moderador da inocência da vítima e a persistência do sofrimento*. Disponível em: <<http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/ap/article/view/15>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ESTEVES, Maria Joana dos Santos. *Crença no Mundo Justo, empatia e vitimização secundária: A inocência da vítima e o comportamento desviante na adolescência*. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/154173885.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FARIA, Margareth R. G. V. de. *Crença no Mundo Justo, AIDS e Câncer de Pulmão: Orientação sexual e responsabilização individual*. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1963/1/Margareth%20Regina%20Gomes%20Verissimo%20de%20Faria.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2021.

FARIAS, Mariana Gonçalves. *Culpabilização de mulheres vítimas de estupro: subtipos femininos e variáveis correlatas*. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41556/1/2019_dis_mgoncalvesfarias.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

FREIRE, Mariana Belo. *Crença no Mundo Justo e Estratégias de Coping num Contexto de Bullying*. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/6598>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

GAGO, Ana Rita; CORREIA, Isabel. *Reações à injustiça no trabalho: Impacto da crença no mundo justo, da justiça procedimental e da justiça distributiva*. Disponível em: <<http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/252>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

GOUVEIA, Valdiney V.; PIMENTEL, Carlos Eduardo; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; MAYNART, Viviane Andrade Prado; MENDONÇA, Tamara dos Santos. *Validade fatorial confirmatória e consistência interna da escala global de crenças no mundo justo – GJWS*. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/12687>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LERNER, Melvin J. *The Belief in a Just World*. A Fundamental Desusion. New York: Springer, 1980.

LERNER, Melvin J.; CLAYTON, Susan. *Justice and Self-Interest*. Two Fundamental Motives. New York: Cambridge, 2011.

LINHARES, Layanne Vieira. *Crença no Mundo Justo e Ditados Populares*. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12169?locale=pt_BR>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MENDONÇA, Rita Duarte. *Crença no Mundo Justo e vitimização secundária: O papel do comportamento desviante na adolescência*. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/70653446.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MODESTO, João Gabriel; FIGUEIREDO, Vanessa; GAMA, Guilherme; RODRIGUES, Matheus; PILATI, Ronaldo. *Escala Pessoal de Crenças no Mundo Justo: Adaptação e Evidências de Validade*. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MODESTO, João Gabriel; PILATI, Ronaldo. *“Nem todas as vítimas importam”: crenças no mundo justo, relações intergrupais e responsabilização de vítimas*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000200018>. Acesso em: 27 jan. 2021.

NASCIMENTO, Anderson Mesquita do. *Satisfação com a vida: Uma explicação pautada na Crença no Mundo Justo e nos Valores Humanos*. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jsui/handle/tede/8700>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PEIXOTO, Alberto da Costa Ribeiro. *Propensão, Experiências e Consequências da Vitimização: Representações Sociais*. Disponível em: <<https://run.unl.pt/bitstream/10362/7880/1/TESEAlberto%20Peixoto.pdf>>. Acesso em: 15 abril 2021.

PEREIRA, Ana Sofia Rebelo da Cunha. “*Com o mal dos outros posso eu bem!*”: *O impacto da crença no mundo justo, da inocência da vítima e da categorização social da vítima na vitimização secundária e na ‘schadenfreude’*. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1870>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

RIBEIRO, Helena Isabel de Jesus. *A Vitimização Secundária no Crime de Abuso Sexual de Menores*. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/34756>>. Acesso em: 18 abril 2021.

SANTOS, Juliana Xavier; TORRES, Ana Raquel Rosas; ZANINI, Daniela Sacramento. *Bem-estar, locus de controle e crença no mundo justo de trabalhadores da saúde*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011000200010>. Acesso em: 25 mar. 2021.

TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

WACHELKE, João; CUNHA, Gabriel de Oliveira; MATOS, Fabíola Rodrigues; COSTA, Raífaela Rannelle de Lima; FERREIRA, Gustavo Cerchi Soares. *Crenças no mundo justo e injusto*. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19862/1/PERSEU2013CMJ.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

